



## **Nota Fiscal Eletrônica: um Estudo sobre os Benefícios de sua Implantação**

**Suzete Antonieta Lizote**

**UNIVALI**

[lizote@univali.br](mailto:lizote@univali.br)

**Ariel Wegner Comper**

**UNIVALI**

[ariel.comper@gmail.com](mailto:ariel.comper@gmail.com)

**Bruno José Reinert**

**UNIVALI**

[buno.r@hotmail.com](mailto:buno.r@hotmail.com)

### **Resumo**

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é um instrumento de acompanhamento e fiscalização criado pelo governo. A Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e) é um dos seus principais componentes que veio para substituir a Nota Fiscal Modelo 1 ou 1-A, documento tradicional que existe há décadas no Brasil. Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos gestores de moda íntima e linha praia do Município de Ilhota/SC, em relação aos benefícios da implantação da Nota Fiscal Eletrônica. A abordagem neste trabalho, de natureza aplicada, foi quantitativa. As características do estudo o posicionam como de objetivo descritivo e os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, estudo multicase e a *survey* com questionário aplicado. O instrumento de coleta, após levantar dados sociodemográficos, foi composto por 12 perguntas fechadas, divididas em três categorias: custos, operações da empresa e tecnologia empregada. Os resultados apresentados evidenciam que em relação aos custos, destacou-se a necessidade de treinamento dos funcionários (98,53%). Na segunda categoria analisada, verificou-se total concordância em relação à agilidade na emissão da NF-e em comparação com o sistema tradicional. Em relação tecnologia, destacou-se o relacionamento com os fornecedores com 97,06%.

**Palavras-chave:** SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL, OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, NOTA FISCAL ELETRÔNICA

### **1 INTRODUÇÃO**

Com o desenvolvimento das atividades comerciais e com o crescimento e diversificação da economia global, a ciência contábil foi se adaptando ao novo cenário. Com o aumento considerável de registros para acompanhar e mensurar o resultado e o patrimônio das entidades, a Tecnologia da Informação (TI) passou a ser utilizada intensivamente no exercício da profissão contábil.



Nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas na legislação tributária brasileira e nos procedimentos contábeis. O processo manual de escrituração contábil foi substituído pelo mecânico, e posteriormente, pelo eletrônico. Com estas mudanças trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, o Governo Federal, sentindo a necessidade de aprimorar suas ferramentas de fiscalização, unificou seus bancos de dados para compartilhamento das informações entre os poderes públicos de todas as esferas, embasado na Emenda Constitucional nº 42/2003 que introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

Com essa alteração na constituição o fisco criou o embasamento legal necessário e a prova de qualquer contestação por parte das empresas para embasar a troca de informações que deu a origem aos trabalhos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do qual faz parte a Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e) juntamente com a Escrituração Fiscal e Escrituração Contábil. O SPED, segundo o Decreto nº 6.022 de 2007 tem por finalidade principal a fiscalização mais ágil em torno das empresas, buscando minimizar a sonegação fiscal e uma acentuada diminuição nas obrigações acessórias para os contribuintes, determinada pela transferência por meio eletrônico de todas as obrigações contábeis e fiscais das empresas.

Os beneficiados pela implantação da Nf-e, conforme evidenciado pelos órgãos criadores, são o fisco, a sociedade, os contribuintes emissores e receptores. Entre os benefícios, destacam-se diminuição dos custos de impressão, melhoria no processo de controle fiscal, redução de erros de escrituração, simplificação das obrigações acessórias, entre outros.

A NF-e juntamente com a escrituração fiscal e contábil pode ser uma excelente ferramenta quando aliada ao sistema de informação gerencial da empresa, fornecendo dados, os quais combinados com as demais informações servem para orientar na tomada de decisão do negócio. Além disso, o uso destes sistemas demonstra maior transparência e confiabilidade perante seus parceiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras e governo.

O site do portal da Nota Fiscal Eletrônica apresenta os benefícios da Nf-e para o governo, para os contribuintes emissores, os receptores e para a sociedade. Diante do exposto, o presente artigo tem a seguinte problemática: Qual a percepção dos gestores de moda íntima e linha praia do Município de Ilhota/SC, em relação aos benefícios da implantação da Nota Fiscal Eletrônica? Para responder esta questão tem-se como objetivo geral identificar a percepção dos gestores de moda íntima e linha praia do Município de Ilhota/SC, em relação aos benefícios da implantação da Nota Fiscal Eletrônica. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos: realizar levantamento da legislação, a fim de conhecer a base conceitual sobre o tema abordado; coletar os dados junto às empresas objeto de estudo, mediante aplicação de questionários, elaborados com base nos benefícios da Nota Fiscal Eletrônica elencado no Portal da Nf-e e a tabular e analisar os resultados obtidos.

Importante salientar que Ilhota, conta com aproximadamente 100 empresas de moda íntima e praia, exercendo atividades de produção e comércio, inclusive com empreendimentos exportadores, evidenciando uma atividade empreendedora que apresenta um quadro evolutivo. A indústria local produz cerca de 500 mil peças por mês. Outro aspecto relevante está relacionado ao setor foco desta pesquisa, a indústria têxtil. Se observarmos que este setor tem sido um dos de



maior crescimento em Santa Catarina (SC), especialmente em Ilhota, percebe-se sua importância para a economia e o desenvolvimento do município e do Estado.

Em relação a complexidade do relacionamento entre o fisco e os contribuintes, a literatura é escassa, tornando-se relevante investigar quais são os benefícios a adesão à NF-e por parte destes. Destaca-se também, a importância do tema, pois, a partir dos resultados da pesquisa, poderão evidenciar seus pontos fortes e fracos em relação às variáveis consideradas.

Com base nisto, poderão ser desenvolvidas estratégias que contribuam para garantir um relacionamento em alto nível entre o fisco, estimulando a participação criativa e inovadora de ambas. Pois a NF-e permite ao fisco um maior controle no que se refere a emissão de documentos fiscais, proporcionando uma redução gradativa da sonegação de impostos e consequentemente um aumento da arrecadação. Para as empresas reduz custos, tempo, ou seja, a integração do sistema NF-e com o sistema fiscal e contábil das empresas facilitará o trabalho dos contadores, proporcionando, desta forma, ganhos na produtividade e na qualidade e tempestividade das informações.

A partir desta introdução, apresenta-se uma revisão da literatura sobre Sistema Público e Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Na sequência se aborda a metodologia empregada na pesquisa, seguido pela apresentação e análise dos dados. Finalmente apresentam-se as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

A Medida Provisória nº 2.200, de agosto de 2001, segundo Dreher (2009) foi o marco inicial para a criação do SPED. Ela validou juridicamente os documentos digitais com a instituição da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Em dezembro de 2003 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 42 que determinou que as três esferas da administração tributária atuassem de maneira integrada. No mês de julho de 2004, aconteceu o I Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), juntamente com líderes das três esferas, onde ocorreu a assinatura de protocolos com o objetivo de buscar soluções conjuntas.

Com o objetivo de desenvolver e implantar o SPED e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em agosto de 2005 no II ENAT, foram assinados protocolos de cooperação. No III ENAT, ocorrido em 2006, foram assinados protocolos de cooperação com a finalidade do desenvolvimento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e do Conhecimento de Transportes Eletrônicos, assim como estabelecer uma linha de financiamentos do BNDES para os Estados desenvolverem suas plataformas.

No decorrer de 2007, foram efetuados aperfeiçoamentos no sistema, sendo definido um cronograma de obrigatoriedade de adesão das empresas ao sistema da NF-e, a partir de abril de 2008. No ano de 2009, iniciou o calendário de adesão compulsória ao SPED na modalidade de escrituração fiscal digital.

O SPED conforme o art. 2º do Decreto nº 6.202/2007 é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. De acordo com Sebold *et al.* (2012),



[...] o governo brasileiro utilizou-se da experiência de Governos Eletrônicos em outros países, tais como Espanha, Chile e México, entrando também na era digital com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Trata-se de uma iniciativa do poder público federal, juntamente com outros parceiros institucionais, com a finalidade de aproximar o fisco de seus contribuintes e de modernizar as atividades contábeis, de modo a otimizar o controle fiscal sobre as finanças corporativas.

Essa iniciativa, aponta Young (2009), visa proporcionar mais agilidade e segurança na recepção e no processamento dos dados informados periodicamente pelos contribuintes, possibilitando a identificação de atividades tributárias ilícitas de forma automática e eletrônica por meio de cruzamento de informações, desta forma, proporcionando ao governo federal e estadual um maior controle dos processos relacionados às medidas anti-sonegação.

Conforme o Portal do SPED (2014), este sistema consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fim de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

## 2.2 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E)

O Ajuste SINIEF 07/05 apresenta os procedimentos, disposições e explicações sobre a Nota Fiscal Eletrônica e as atividades obrigadas a emití-la, trazendo, em sua Cláusula Primeira o seguinte conceito:

[...] é um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

O objetivo da NF-e, de acordo com as colocações de Bonfim *et al.* (2012) é implantar um modelo nacional de documento eletrônico, com validade jurídica pela assinatura digital do remetente, visando à simplificação das obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo que o fisco acompanhe em tempo real as operações comerciais.

No que tange aos benefícios da NF-e, destaca-se a economia do uso de papel, pois o procedimento é exclusivamente virtual e com assinatura digital, garantindo desta forma, confiabilidade no processo e também validade jurídica. As empresas, por sua parte, ganham em eficiência e economia em obrigações acessórias, pois conforme argumenta (CLETO, 2006) propicia a integração dos sistemas de fiscalização da União dos Estados e dos municípios por meio da padronização e compartilhamento de informações contábil-fiscal. Esta integração, consequentemente, possibilitará eliminar boa parte da sonegação.

Outro benefício a ser destacado é que a forma de emissão da nota fiscal tradicional exige mais tempo para sua impressão, assim como espaço físico para arquivar suas vias. Aliado a isso, evidencia-se também um menor índice de erros, pois as escriturações contábeis e fiscais que são derivadas dela, não terão erros de digitação.



Sob outro aspecto, o desenvolvimento de sistemas para a implantação da NF-e gera custos iniciais. Assim, para pequenas e médias empresas, estes podem ser vistos como desvantagens, ao passo que para as grandes organizações são tratados como investimento (OLIVEIRA; MAIA, 2008). De forma sumarizada, o quadro 01 exhibe os benefícios esperados pela utilização da NF-e aos diversos entes envolvidos.

**Quadro 01 – Benefícios esperados com o uso da NF-e**

<b>Ente</b>	<b>Benefícios esperados</b>
<b>Fisco</b>	Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
	Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
	Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
	Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB (SPED);
<b>Sociedade</b>	Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente;
	Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
	Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
	Surgimento de oportunidades de negócios e emprego na prestação de serviços ligados a NF-e.
<b>Contribuinte Vendedor</b>	Redução de custos de impressão;
	Redução de custos de aquisição de papel;
	Redução de custos de envio do documento fiscal;
	Redução de custos de envio do documento fiscal;
	Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
	Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
	Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
	Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes.
<b>Contribuinte comprador</b>	Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
	Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
	Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
	Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores.

Fonte: Portal da NF-e (2014).

Verifica-se que os benefícios esperados pela utilização da NF-e, não atende somente ao agente de maior interesse no aspecto de controle e arrecadação que é o fisco. Consente também aos contribuintes, principalmente no que tange aos aspectos de melhor uso dos recursos da TI e de redução de custos. Por fim, os benefícios para a sociedade, de modo geral, atendem ao aspecto ambiental e criam novas oportunidades a partir da tecnologia da informação usada na NF-e.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa segundo Lakatos e Marconi (2001), é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e constitui o caminho de conhecimento da realidade ou de descoberta de caminhos parciais.

O presente estudo, de acordo com os objetivos propostos, caracteriza-se como descritivo e de natureza aplicada. Beuren (2003) considera que a pesquisa descritiva é de suma importância para a análise de problemas de pesquisa na área contábil, para esclarecer determinadas



características e aspectos inerentes a ela. Para Cervo e Bervian (2006), ela observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem a interferência do pesquisador.

Em relação a forma de abordagem do problema considera-se uma pesquisa quantitativa. Para Gil (2002, p. 75), esta metodologia “[...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Quanto aos procedimentos é um estudo de campo conduzido por levantamento com uso de questionário. Isto se aplica “quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (GIL, 2002, p. 56).

No que se refere à coleta de dados, foi utilizado um questionário com perguntas fechadas elaboradas de acordo com os benefícios da Nota Fiscal Eletrônica, elencados no Portal da NF-e. A população esteve composta pelas 100 empresas de moda íntima e linha praia do Município de Ilhota/SC constantes na relação de cadastro da Prefeitura. A amostra resultou em 68 respondentes. Os questionários foram aplicados pessoalmente pelos pesquisadores nos meses de julho e agosto de 2014 e também via correio eletrônico. O público alvo escolhido deve-se ao fato de que estas empresas são obrigadas a emitirem a NF-e, seguindo os dispostos nos Ajustes SINIEF e nos Protocolos do ICMS.

O instrumento estava dividido em dois blocos. O primeiro referente aos dados pessoais dos respondentes (gênero; função ou cargo; formação acadêmica e tempo de serviço) e da empresa (classificação - micro, pequena, média ou grande; tipo de administração - familiar, profissional ou mista; e o número de empregados).

O segundo bloco, relativo aos benefícios da NF-e esteve composto por 13 asseverações divididas em 3 categorias: custos, operações da empresa, e tecnologia empregada. A quantificação foi realizada através de uma escala do tipo Likert de quatro pontos, na qual o valor 1 (um) representará “discordo totalmente” e o 4 (quatro) “concordo totalmente”. Os dados obtidos foram digitados em uma planilha eletrônica Excel®. E, posteriormente efetuaram-se as análises descritivas com base nas frequências.

## 4 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

### 4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

No Quadro 02 apresenta-se o perfil dos respondentes, destacando-se o gênero, a idade e o grau de escolaridade.

Quadro 02 – Perfil dos respondentes

Características	Opções e faixas	Nº respondentes	%
Gênero	Masculino	38	55,88%
	Feminino	30	44,12%
Função ou cargo	Proprietário	57	83,82%
	Gerente	6	8,83%
	Administrador	5	7,35%
Grau de escolaridade	Ensino médio	32	47,06%
	Ensino fundamental	18	26,47%
	Ensino superior completo	14	20,59%
	Ensino superior incompleto	04	5,88%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

No quadro acima, percebe-se maior presença do gênero masculino, representando 55,88% dos respondentes da pesquisa. A função ou cargo predominante é de proprietários, com 88,82%.

Referente ao grau de escolaridade, a maioria, ou seja 32 respondentes que corresponde a 47,06% da amostra pesquisada, cursaram somente o ensino médio.

#### 4.2 Caracterização das empresas

No Quadro 03 apresenta-se a caracterização das empresas pesquisadas, ressaltando-se sua classificação; tipo de administração e o número de empregados.

Quadro 03 – Caracterização das empresas

Características	Opções e faixas	Nº respondentes	%
Classificação	Microempresa	34	50,00%
	Empresa médio porte	20	29,41%
	Empresa pequeno porte	14	20,59%
Tipo de administração	Familiar	52	76,48%
	Profissional	8	11,76%
	Mista	8	11,76%
Número de empregados	Até 10	24	35,29%
	De 11 a 20	25	36,76%
	De 21 a 51	16	23,53%
	Acima de 50	3	4,42%

Fonte: dados da pesquisa (2014).

Ao analisar o Quadro 03, verifica-se que em relação a classificação das empresas pesquisadas a maioria são microempresas, representando 50%. Quanto ao tipo de administração predomina a familiar, com 52 empresas. Esse aspecto condiz muito com as respostas obtidas quanto ao cargo dos respondentes, em que 83,82%, ou seja, 57 são os próprios proprietários da empresa.

Quanto ao número de funcionários das empresas apenas três empresas tem mais de 50 funcionários. Destas, uma delas é de administração familiar, tendo o proprietário ensino superior incompleto e as outras duas empresas desta categoria, são de administração profissional e os gerentes possuem ensino superior completo.

#### 4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Os resultados se apresentam agregados conforme descrito nos procedimentos metodológicos. Portanto as respostas ao questionário se avaliam para as categorias custos, operações da empresa e tecnologia da informação considerando as respostas a quatro questões em cada grupo.

A primeira categoria analisada referiu-se aos custos. Os resultados detalhados por pergunta do questionário se exhibe no Quadro 04.

Quadro 04 – Benefícios NF-e em relação aos custos

Questionamento	Concordo plenamente		Concordo parcialmente		Discordo plenamente		Discordo parcialmente	
	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.
1 - O uso da NF-e implica na redução de custos de impressão	48,53%	33	35,29%	24	16,18%	11	0,00%	0
2 - O uso da NF-e acarreta redução de custos de aquisição de papel.	47,06%	32	39,71%	27	13,24%	9	0,00%	0
3 - O uso da NF-e reduz os custos de envio da documentação fiscal.	11,76%	8	35,29%	24	23,53%	16	29,41%	20
4 - Houve necessidade de treinamento de funcionários para uso da NF-e.	70,79%	48	27,94%	19	1,47%	1	0,00%	0

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Neste quesito, destacou-se a necessidade de treinamento de funcionários para o uso da NF-e, pois 98,73% dos entrevistados responderam entre concordo plenamente e concordo parcialmente. Infere-se que por uma prática relativamente nova e complexa, muitos dos profissionais em atuação não estão preparados para essa tecnologia, necessitando, desta forma treinamentos para os usuários. Neste sentido Brisola (2004) enfatiza que somos marcados pelas mudanças tecnológicas nos meios de geração de informação e que é de extrema importância à busca pelo conhecimento e atualização constante. Mahle e Santana (2009), por sua vez, afirma que as empresas não estão preparadas para a implantação do SPED, necessitando qualificação e orientação quanto à funcionalidade do sistema.

Na análise geral, para a dimensão custos 44,49% das respostas foram para a concordância plena e 34,56% para a parcial. Assim sendo, se constata que a maioria (79,04%) concorda em que a NF-e reduziu os custos, mas houve que treinar os funcionários. Dos 20,96% que discordam, 13,60% o fazem parcialmente e 7,35% totalmente.

No Quadro 5 se expõem os resultados por questão da dimensão operações empresariais.

Quadro 05 – Benefícios NF-e em relação às operações na entidade

Questionamento	Concordo plenamente		Concordo parcialmente		Discordo plenamente		Discordo parcialmente	
	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.
1 - Com a NF-e houve eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias	36,76%	25	42,65%	29	20,59%	14	0,00%	0
2 - Com a NF-e houve facilidade no planejamento de entrega pela recepção antecipada da informação	23,53%	16	48,53%	33	13,24%	9	14,70%	10
3 - O uso da NF-e reduziu erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais	0,00%	0	32,36%	22	60,29%	41	7,35%	5
4 - Com a NF-e o processo de emissão da nota fiscal tornou-se mais ágil comparado a NF tradicional	51,47%	35	48,53%	33	0,00%	0	0,00%	0

Fonte: Dados da pesquisa (2014).



Diante dos resultados, verifica-se que houve total concordância em relação a agilidade proporcionada pela emissão da NF-e quando comparada com a sistemática tradicional, sendo 51,47% dos respondentes que concordam plenamente e 48,53% que concordam parcialmente. Este resultado vai de encontro com as colocações de Reis e Pereira (2010) ao salientarem que a substituição dos sistemas tradicionais por aqueles capazes de atender a demanda de informações dos gestores e fazer frente às novas exigências, consiste também em diferencial competitivo.

De modo geral, quanto às operações na entidade, verifica-se também que os respondentes majoritariamente concordam (70,96%) em que a NF-e tem facilitado as operações, por exemplo, na redução de erros de escrituração em consequência de erros de digitação das notas ou pela agilidade no processo de emissão. Daquele total 27,94% concordam plenamente e 43,01% fazem-no parcialmente. Já dos que discordam (29,04%) 5,51% declararam fazê-lo totalmente e 23,53% de modo parcial.

No Quadro 6 se detalha a distribuição das respostas sobre a tecnologia da informação.

Quadro 06 – Benefícios NF-e em relação tecnologia da informação

Questionamento	Concordo plenamente		Concordo parcialmente		Discordo plenamente		Discordo parcialmente	
	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.
1 - Com a NF-e houve incentivo ao uso de relacionamento eletrônico com fornecedores	63,24%	43	33,82%	23	2,94%	2	0,00%	0
2 - O registro das informações da operação na NF-e facilitou o registro dos impostos	13,24%	9	50,00%	34	23,52%	16	13,24%	9
3 - A tecnologia empregada na NF-e é de fácil uso pelas emissoras e receptoras desses documentos	4,41%	3	51,47%	35	32,36%	22	11,76%	8
4 - Essa tecnologia apresenta falhas técnicas na sua operação	26,47%	18	52,94%	36	20,59%	14	0,00%	0

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Nos resultados da terceira dimensão analisada, observa-se 97,06% dos respondentes, quase a totalidade, concordam que houve melhora no relacionamento eletrônico com fornecedores. Salienta-se também neste quesito que 79,11% responderam que essa tecnologia apresenta falhas técnicas na sua operação. Neves Júnior; Oliveira e Carneiro (2011) ressaltam que os desafios e problemas enfrentados na utilização da NFe são: problemas de envio e validação; falta de *software* e capacitação profissional.

A respeito da categoria que se denominou como tecnologia da informação se constata que o nível de concordância também foi muito alto, chegando a 73,90%. Desse total, a maioria concorda parcialmente (47,06%) enquanto os que o fazem de maneira plena foram 26,84%. Já os 26,10% que discordam foram 19,85% aqueles que o fazem de modo parcial e apenas 6,25% os que manifestam discordância total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a Nf-e visa a simplificação das obrigações acessórias dos contribuintes e possibilita ao fisco o acompanhamento das operações comerciais em tempo real,



este estudo teve como objetivo principal identificar a percepção dos gestores de moda íntima e linha praia do Município de Ilhota/SC, em relação aos benefícios da sua implantação.

Ao analisar a categoria dos custos, verificou-se que a maioria dos (79,04%) concorda em que a NF-e reduziu os custos, destacando a necessidade de treinamento dos seus colaboradores. Em relação aos benefícios NF-e referentes as operações na entidade o grau de concordância também foi elevado, representando 70,96% das respostas obtidas. Na terceira categoria analisada, o uso da tecnologia da informação, da mesma forma que as anteriores o grau de concordância sobre seus benefícios foi alta, alcançando 73,90%.

De forma geral, com base no desenvolvimento deste estudo, conclui-se que na percepção dos entrevistados a implantação da Nf-e trouxe melhoria para os contribuintes, possibilitando uma comunicação mais prática e rápida com o fisco, os clientes e fornecedores. Percebe-se também que a implementação da tecnologia digital está proporcionando aos gestores economia de tempo no desempenho das atividades e redução nos custos.

Entre os aspectos positivos podemos destacar que entre os respondentes o melhor efeito sobre sua implantação é a agilidade proporcionada por este novo sistema, tanto para o receptor quanto para o emissor das informações, sendo eles contribuintes ou o fisco. Outro resultado positivo vincula-se as melhorias de processos burocráticos e operacionais, as quais refletem em aumento da competitividade econômica. Segundo Bonfim *et al.* (2012) o sucesso dessa integração entre os diversos agentes públicos também pode ser considerado como um dos resultados positivos do uso da NF-e, e certamente essa experiência contribuirá para o sucesso de novos projetos de âmbito nacional. Outro resultado positivo, destacam os autores, são as melhorias de processos burocráticos e operacionais, as quais refletem em aumento da competitividade econômica brasileira

Entretanto, constatou-se que mesmo um sistema que prioriza a agilidade e facilidade em atividades operacionais, no qual se transita grande quantidade de informação, fica evidente através da pesquisa que mesmo com o apoio tecnológico, o fator humano ainda é essencial para funcionamento de todo e qualquer sistema.

Sugere-se que em estudos futuros sejam incluídos outros componentes do SPED como a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital e analisar a sua relação com o desempenho organizacional.

## REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L. **Administração de informática:** funções e fatores críticos de sucesso. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, I. M. (org) *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BONFIM, D. P.; *et al.* Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. **ConTexto**, v. 12, n. 21, p. 18-28, 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003. Altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccvil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm](http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm) Acesso em: 03 mar. 2014.



BRASIL, Ajuste SINIEF 07/05. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: [http://www.fazenda.gov.br/confaz/ajustes/2005/AJ\\_007\\_05.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/ajustes/2005/AJ_007_05.htm) Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm) Acesso em: 03 mar. 2014.

BRASIL. Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx> Acesso em: 12 mar. 2014.

BRISOLA, J. Teoria do agenciamento na contabilidade, a contabilidade e o processo de comunicação. **ConTexto**, v. 4, n. 7, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CLETO, N. Nota Fiscal (Nf-e): revolução digital no meio empresarial e contábil. **Revista do CRCPR**, n. 145, p. 4-6, 2006.

DREHER, F. Corrida pro SPED. **Information WEEK Brasil**, n. 212 p. 18-25, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAHLE, M. M.; SANTANA, A. F. B. Sistema Público de Escrituração Digita- SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8, n. 23, p. 73-92, 2009.

NEVES JÚNIOR, I. J. das; OLIVEIRA C. M. de; CARNEIRO E. E. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal IN: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. **Anais...** São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade informatizada**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, W. R.; MAIA, D. F. Nota fiscal eletrônica: projeto nacional e a iniciativa municipal de São Paulo – uma análise comparativa. 18 Congresso Brasileiro de Contabilidade. **Anais...** Gramado, 2008.

REIS, L. G. dos; PEREIRA, C. A. A influência do discurso no processo de institucionalização de rotinas de contabilidade gerencial: um estudo de caso na Caixa Econômica Federal. In: ANPCONT – Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. **Anais...** Natal, 2010.

SEBOLD, M. *et al.* Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 23-32, 2012.



YOUNG, L. H. B. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.